

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO nº , de de maio de 2011

(Do Sr. Dr. ALUIZIO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o transporte de material radiativo do estado de São Paulo para o município de Caetité, na Bahia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex.^a, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública, para discutir o transporte de material radiativo do estado de São Paulo para o município de Caetité, na Bahia, em 15 de maio do corrente.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa proposta de audiência pública objetiva esclarecer os fatos que envolvem o transporte de material radiativo, em 13 carretas, que seriam provenientes de Iperó (SP), onde funciona o projeto Aramar, para Caetité (BA), onde funciona uma mina de urânio.

No anoitecer do dia 15 de maio deste ano este carregamento chegou a Caetité, mas a população organizada, exercendo seu direito legítimo de cidadania, obstruiu sua entrada no município. As 13 carretas tiveram que se deslocar para o município de Guanambi, distante 40 Km.

A população de Caetité agiu com acerto e sabedoria. Afinal, porque deveriam receber uma carga de material radiativo, altamente perigoso, se as autoridades não tiveram o cuidado de informar aos “donos da casa” sobre o que levavam para lá?

Queremos esclarecer o assunto. O parlamento não pode se furtar à sua missão de fiscalizar o Executivo, averiguando se os seus atos estão obedecendo aos ritos legais determinados para a administração pública. E um deles é a transparência. Não podemos nos omitir quando a população de determinada cidade se insurge contra uma ação pública realizada, aparentemente, de forma descabida, irregular, e sem a devida e axiomática transparência exigida para o setor público.

Não aceitamos que as ações na área nuclear continuem sendo encobertas como “assunto sigiloso” ou de “segurança nacional” por um pequeno grupo de civis e militares e que comandam o setor nuclear desde os tempos da ditadura. Estes rótulos têm servido, sim, para ocultar as muitas ações de desrespeito à cidadania e para atender aos interesses daqueles que lucram com os grandes valores envolvidos com a atividade nuclear.

Nessa audiência precisamos ter respostas para questões como: qual a carga transportada? Qual a sua origem? Quem autorizou? Qual o uso que seria dado a ela?

Como forma de enriquecer esse debate sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Prefeito de Caetité;
- Representante do Ministério Público da Região;

Sala das Sessões, em de 2011.

Deputado DR. ALUIZIO
PV/RJ